

FH impede minirreforma

Presidente faz a votação ficar para a próxima semana

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso interveio pessoalmente e conseguiu anular o acordo que garantia a votação, na manhã de ontem, da Medida Provisória 66, que tem sido conhecida como minirreforma tributária. Pelo acordo feito por representantes de quase todos os partidos, inclusive o PSDB, seriam retirados da MP os artigos que tratavam do fim da cumulatividade do PIS/Pasep.

Fernando Henrique aproveitou a ida ao Congresso para receber a medalha *Suprema Distinção da Câmara dos Deputados* para puxar o relator Benito Gama (PMDB-BA) para o canto e pedir que a questão da cumulatividade fosse mais bem discutida. A votação foi transferida para a próxima terça-feira.

- Queremos retomar os debates. O governo tem interesse em manter o princípio da refor-

ma tributária - afirmou o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

O deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), por sua vez, disse que faltou melhor negociação em torno do fim da cumulatividade. Para ele, o assunto é muito complexo para ser tratado numa MP. Além disso, o texto só discute o PIS/Pasep, deixando de lado a Cofins, que tem alíquota de 3%.

- De qualquer forma, o governo atual defende esse símbolo para dizer que começou a reforma tributária.

O PFL resiste também a aprovar a prorrogação até dezembro de 2003 da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física. A Executiva Nacional do partido se reuniu ontem de manhã e fechou questão contra a proposta. Se ela não for aprovada, em 1º de janeiro a maior alíquota do IR para pessoas físicas voltará a ser de 25%. Além disso, o PFL quer retirar a alíquota de 9% da Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mantendo-a em 8%.

Há, também, problemas entre PSDB e PT envolvendo o diagnóstico que a equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva está preparando sobre a gestão de Fernando Henrique Cardoso.

O líder do governo, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), e o líder tucano, Jutahy Magalhães (BA), acusaram o PT de tentar aprovar matérias de seu interesse para depois bater no governo Fernando Henrique.

PFL resiste à proposta que prorroga a alíquota de 27,5% no IR

Outro motivo, mas que nenhum deputado confirma, é que existiria interesse - tanto do governo atual quanto do próximo - de não incluir na MP a reabertura de prazo para que empresas possam aderir ao Refis (programa de refinanciamento de dívidas) e ao Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições pelas Micro e Pequenas Empresas). (Com Agência Folha)